

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.641 - MG
(2019/0289813-7)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : CEMIG DISTRIBUICAO S.A
ADVOGADOS : SÉRGIO CARNEIRO ROSI - MG071639
BEATRIZ DE CASTRO QUEIROZ - MG108214
MARCELO COELHO RODRIGUES GOMES - MG130301
EMBARGADO : MUNICIPIO DE MACHADO
ADVOGADOS : RENE GOMES DE OLIVEIRA - MG169978
NATALIA APARECIDA BATISTA DE CARVALHO DIAS E
OUTRO(S) - MG180005
INTERES. : AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por CEMIG DISTRIBUICAO S.A em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante o seguinte:

Portanto, a violação do art. 485, VI, do CPC pelo acórdão combatido é inquestionável, merecendo ser analisada a questão, posta (e devidamente prequestionada) no REsp da Embargante; prequestionamento sobre o qual restou omissa a i. decisão monocrática.

Outrossim, permissa venia, a fundamentação da Embargante acerca do dissídio jurisprudencial existente sobre a questão discutida nestes autos não é deficiente, permitindo a perfeita compreensão da controvérsia, pelo que deve ser afastada a Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal (fl. 897)

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Superior Tribunal de Justiça

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007" (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/4/2018, DJe de 22/4/2019).

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente